

## AS MULHERES PORTUGUESAS NA GUERRA DE 1914/18

A minha comunicação\* incide sobre algumas das iniciativas das mulheres portuguesas na 1ª guerra mundial, mais concretamente, na cidade de Lisboa, durante o espaço de tempo que decorre entre a declaração do estado de guerra em Portugal (10 de Março de 1916) até à assinatura do armistício (11 de Novembro de 1918).

*Assistir*

*Educar e*

*Angariar fundos* são as características mais marcantes das acções empreendidas pelas mulheres lisboetas durante o período referido.

*Assistir* ao embarque dos soldados e à sua permanência no horizonte da África, tradicionalmente conhecido de nome pelos portugueses, ou da França, completamente desconhecido da maioria dos mobilizados;

*assistir* aos feridos, enquanto nas terras estrangeiras da França e depois de regressados à pátria;

*assistir* as famílias dos mobilizados na providência das suas necessidades, quase que geralmente agravadas pelas consequências da mobilização;

*assistir* na medida do possível os que ficavam dramaticamente presos nas fronteiras da Alemanha.

Este assistir correspondia ao sentir profundo do elemento feminino na cidade de Lisboa. Nos jornais que nela se publicam multiplicam-se as notícias dos «comités» (usa-se muito esta palavra, que se constituíam na casa desta ou daquela senhora («madame», referiam-se-lhes os jornais) para a confecção de agasalhos para os soldados que partiam e para as famílias que ficavam, multiplicam-se as referências aos cursos de enfermagem que as estudantes desta ou daquela escola ou liceu pretendiam organizar para aprender os rudimentos da técnica de curar, e aos

---

\* Comunicação feita no Seminário *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional*, organizado pela então Comissão da Condição Feminina – Presidência do Conselho de Ministros, em 5, 6 e 7 de Abril de 1989, no Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.

peditórios («quetes», como escreviam os jornalistas) feitos a nível de bairro ou prémios políticos para ajudar.

Neste frenesim louvável que se manifesta na cidade de Lisboa, destacam-se duas organizações (não me vou referir nesta comunicação às «Damas Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa» cujo regulamento foi aprovado em Março de 1917) que pelas suas possibilidades se destacam na estruturação desse *assistir*, estruturação que comporta não apenas o aspecto prático de remediar situações de emergência, mas que contém também o intuito de aproveitar a circunstância da guerra *para praticar o bem, promover o ensino da enfermagem, consciencializar a mulher da sua capacidade de igualar os homens na manutenção do funcionamento da sociedade civil, afirmar a excelência do regime republicano, a maldade dos alemães e revitalizar os conceitos da pátria e da raça portuguesa como valores que, ao que se pensava, andariam amolecidos.*

Refiro-me à «Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra» e à «Cruzada da Mulher Portuguesa». Ambas surgem imediatamente a seguir à proclamação do estado de guerra, em Março de 1916. Mas a primeira vê os seus estatutos aprovados pelo governo civil de Lisboa em 10 de Abril do ano seguinte e a segunda vê os seus aprovados em 19 de Agosto de 1916. Uma, a primeira, reuniu senhoras cujos nomes havia bem pouco, tinham escoado no paço do rei e soavam ainda na banca, na grande indústria, no alto comércio e na grande agricultura. A outra, a segunda, era criação do Palácio de Belém: a sua fundadora, Elzira Dantas Machado, mulher do Presidente da República, convidara a concertarem os seus esforços e o seu empenhamento face à terrível situação para que se encaminhara o País – a guerra – as senhoras que pelo seu casamento ou laços de família ocupassem posições de destaque na sociedade da república: as mulheres e familiares dos ministros, dos que já o haviam sido, das altas patentes do exército e da marinha, dos presidentes das câmaras parlamentares, dos deputados, dos ideólogos, etc. E assim, enquanto na Assistência encontramos os nomes Palmela, Ficalho, Rio Maior, Alcáçovas, Mafra, Ulrich, Burnay, Olivaes, Anjos, Pinto Basto, Van-Zeller para não dizer mais, a Cruzada reúne os apelidos de Bernardino Machado, Manuel de Arriaga, António José de Almeida, Afonso Costa, Norton de Matos, Pereira d’Eça, Fernandes Costa, Guerra Junqueiro etc., também os nomes individualizados de Ana de Castro Osório, a vigorosa militante da causa feminista, Adelaide Cabete e Beatriz Pinheiro de Lemos, conquanto estas duas de pouca actividade nesta organização. Regina Quintanilha, Sofia Quintino, possuidoras já de diplomas de profissões liberais (advogada e médica,

respectivamente). Se a Assistência tem de esperar pela revolução sidonista para ter as atenções governamentais e conseqüente protecção, a Cruzada da Mulher Portuguesa é com esta revolução que as deixa de ter. Com efeito, a Cruzada, pelas suas comissões de enfermagem e hospitalar é equiparada à Cruz Vermelha (decreto nº 2493 de 3 de Julho de 1916), sendo a Cruz Vermelha, no dizer esclarecedor da Ana de Castro Osório, uma força universal que muita gente não percebera ainda e que convinha não desaproveitar (Relatório da Comissão de Enfermagem de 9 de Março de 1918); recebe isenção de franquia postal (Maio de 1916) para o continente, ilhas e colónias; obtém licença para o lançamento de uma lotaria no valor de 1200 contos para angariação de fundos destinados à hospitalização de feridos e convalescentes de guerra (12 de Maio de 1916 e 1 de Junho de 1916). Esta lotaria é objecto de grande discussão no Parlamento (Abril de 1916). É apresentada como projecto pelo deputado Ribeira Brava. A sua discussão é feita dentro dos parâmetros da legitimidade pela concorrência que representa face à da Santa Casa, da coerência com a lei travão e da capacidade das mulheres gerirem tão grande capital. Coube a Afonso Costa derrubar um a um estes argumentos e a lotaria foi aprovada (*Mundo*, 28-4-1916) conquanto a sua aplicação se atrasasse muito o que fazia rir o *Dia* (*O Dia*, 22-1-1917).

Pelo contrário, a Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra é coarctada nalgumas das suas pretensões, como a criação de cursos para enfermeiras no hospital de S. José, que correspondiam às solicitações dos médicos do banco desse hospital que as viam como embrião possível de escolas futuras de enfermagem consideradas de grande necessidade no País. (*Diário de Notícias*, Março de 1916, dia 30 e seg.). Com esse objectivo a Assistência aparecia com um subsídio de dois contos angariados por uma senhora filha de um dos «Vencidos da Vida», Genoveva de Lima Mayer Ulrich, mas a iniciativa é contrariada pela decisão do ministro Pereira Reis em exigir a inscrição na Cruz Vermelha a todas as candidatas a enfermeiras (Abril-1916 - *Diário de Notícias* e *Dia*). No entanto, as senhoras da Assistência têm campo livre para a actividade de beneficência: apoio moral e financeiro aos soldados, às suas famílias, criando a obra das «Madrinhas de Guerra» (Abril de 1917), mal vista pela oposição que, nos jornais a acusava de filão de propaganda religiosa, nociva aos combatentes (*Dia* 18-5-1917), fundam creches, infantários e uma casa de trabalho (Agosto de 1917). Para terem fundos, têm de se dedicar à organização de festas, récitas, projecção de «films», montagem de peças de teatro, realização de conferências, saraus, concertos, etc. Afinal, praticamente as tradicionais formas de angariação de cabedais para as obras de caridade. Juntam-lhes, porém, algumas

novidades, pelo menos para Portugal: um «Mercado de Arte», exposição em Lisboa das obras artesanais de todo o País promovida por Madalena Patrício, escritora encantadora e hoje muito esquecida que «cansada de tanta festa por causa da guerra», pensara em fazer algo diferente e assim «unira à caridade a arte para despertar no coração dos portugueses o amor pela sua terra (...)», (*O Dia* 24-4-1917); a «Festa da Flor», da iniciativa da já referida Genoveva de Lima Mayer ou Veva de Lima (Julho de 1916) que serviu de modelo a uma série de festas que se repetiram pelo País fora. Esta, a de Lisboa, rendeu a quantia de vinte e sete contos. Para se avaliar o que eram este vinte e sete contos, basta lembrar que em 1916, o ordenado mensal de um director-geral era 200\$00 e de um general 212\$50 (Oliveira Marques, *História da 1ª República Portuguesa – As Estruturas de Base – Iniciativas Ed.*). Esta Assistência trabalhou imenso dentro destas formas tradicionais e conseguiu implantar-se em alguns distritos: Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém e Viseu (*Dia*, 2-6-1917).

Na sua actividade pretendia congregar as portuguesas de qualquer classe social: fizeram até finca-pé em esclarecer os jornais que o nome da sua Assistência não era como eles se lhe referiam «Assistência das Senhoras Portuguesas às Vítimas da Guerra», mas «Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra» tal como nos cursos que haviam projectado, onde a inscrição estabelecia que toda aquela que não pudesse pagar comprovadamente a quantia de 2\$50, ficava dela dispensada, porque era muito conveniente que sendo os feridos de todas as proveniências sociais também o fossem aquelas que os tratavam e «assim» cito de uma entrevista conduzida pelo director de *O Dia* a uma senhora membro não identificada desta Assistência, «ver-se-iam lado a lado, nos hospitais da Assistência a aristocrata e a mulher do povo, a elegante e a costureirinha que a vestiu, animadas pela mesma fé, no cumprimento nobilíssimo do dever» (23 de Abril de 1916). No fundo portadoras de uma série de valores que ancestralmente lhes tinham sido transmitidos, ao defenderem o convívio inter-classista capaz de atrair a «massa» para uma forma de vida mimetada pela sedução que a exemplaridade das élites provoca, elas propunham à sua maneira uma certa promoção, aquela que viria do aprender a ‘ser’ dum certa forma mais elaborada, tal como a preocupação pela enfermagem diplomada revela o interesse em promover a ‘res pública’.

Com este «mundo» que findava coexistia outro que se afirmava: o «mundo» da «Cruzada da Mulher Portuguesa». Nascida da «guerra e para a guerra» segundo a informação retrospectiva de Ana de Castro Osório, no último relatório das actividades

desta associação em 1933 («Último Relatório da Cruzada das Mulheres Portuguesas – Apresentado à Assembleia Electiva em Abril de 1933 pela Presidente da direcção cessante Ana de Castro Osório», Lisboa, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1933), a Cruzada propunha-se guerrear o desamparo económico e moral que a guerra provocava («Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas», Lisboa, Imprensa Nacional, 1916), corrigir as insuficiências das estruturas da saúde, ou de uma certa saúde, mas também derrotar a velha ordem social, propondo novas formas de vida às mulheres de Portugal: aquelas formas em que as mulheres valessem tanto quanto os homens, em que os cidadãos se valessem – qualquer podia ascender à chefia da nação – e em que fosse livre o pensamento, sem as peias da ignorância. (Relatório das diferentes comissões da Cruzada, principalmente o da Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho, de 1917 e 1918).

Por isso, logo no início das suas actividades estimula o País com os «Boletins de Inscrição Patriótica» que espalha por todo o continente, indicando às mulheres as formas possíveis da sua colaboração – além das habituais protecções às crianças, confecção de roupa, etc., apresentavam-se as alternativas de trabalho no campo, na indústria, no comércio e nas repartições públicas.

A Cruzada da Mulher Portuguesa surge desde o começo como uma grande organização (nove comissões, dotadas de todos os órgãos administrativos, - presidência, secretariado, tesouraria, conselho fiscal, assembleia geral, etc.), repartia a sua actividade pelas comissões de Assistência aos Mobilizados, às mulheres destes, aos seus filhos, comissões de enfermagem, hospitalar, angariação de fundos, administrativa e de propaganda e organização do trabalho.

Na sua assistência aos mobilizados e suas famílias, orientou-se pela guerra à esmola. A satisfação das necessidades pecuniárias dos mobilizados seria, por definição, da responsabilidade do Estado («Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados (1916-1917)»); o apoio aos soldados não podia ser em dinheiro; só dádivas e alimentos, vestuário, cigarros, etc.; às mulheres, procurava ajudar na obtenção de trabalho remunerado («Palavras de D. Ana de Castro Osório na inauguração da Escola Profissional nº 1»). Para isso fundavam creches – *garderies* – onde pudessem entregar os filhos e procuram fundar escolas profissionais. Começam com uma em Lisboa – a Escola Profissional nº 1 – onde havia aulas de corte, costura e dactilografia; criaram ateliers onde o produto dos trabalhos era entregue às suas

autoras. A defesa da remuneração do trabalho feminino é uma preocupação da Cruzada: queria libertar a mulher do voluntariado.

Para obviar às insuficiências da enfermagem, cria cursos de colaboração com a Cruz Vermelha, com estágios nos hospitais civis de Lisboa e organiza e põe a funcionar o Hospital de Campolide e o Instituto de Reeducação Profissional de Arroios (em 23 de Janeiro de 1917 o *Diário de Notícias* informa que o edifício do Colégio de Campolide fôra entregue à Cruzada pela Comissão Jurisdicional das extintas Congregações Religiosas e em 11 de Outubro há a notícia da criação oficial do Instituto de Arroios pela portaria nº 1113, iniciativa da referida Cruzada). Também neste instituto é patente a preocupação de assegurar meios de auto-subsistência económica aos mutilados da guerra.

A Cruzada realiza trabalho. Ao fim do primeiro ano da sua existência já se contavam setenta e duas subcomissões espalhadas por todo o País com ajuda dos governadores civis, presidentes da câmara e administradores de concelho («Relatório da Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho», 1916-1917). De Lisboa, a Cruzada aplaude as iniciativas da subcomissão de Alcobaça pela sua intenção de criar uma escola agrícola feminina e as de Viana do Castelo, Setúbal e Torres Novas que planeiam organizar escolas profissionais para as suas indústrias tradicionais de rendas e bordados. Pela mão da Cruzada sobem ao governo algumas propostas para facilitar a concessão de diplomas profissionais às mulheres que competentemente trabalhem no artesanato e que não tendo podido frequentar as escolas industriais demonstrem provadamente conhecimentos práticos úteis («Relatório da Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho», 1916-1917).

A Cruzada faz propaganda: ela pretende utilizar essa «arma moderna que consiste em dirigir os sentimentos e aliciar as opiniões» no dizer militante de Ana de Castro Osório aquando da apresentação do primeiro relatório da comissão de que é valorosa e paciente secretária, a Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho (1916-1917). Os seus leit-motiv são igualdade da mulher ao homem; a igualdade da portuguesa à estrangeira; a valorização ainda possível de Portugal ou a vitória necessária dos ingleses – a civilização – frente aos alemães – a barbárie -.

Não cabe nesta comunicação analisar aspectos que têm grande importância para a compreensão destas iniciativas femininas, como as suas raízes, a sua continuidade e amplitude, as referências ideológicas ou conotações com movimentos estrangeiros

similares, as traduções que as suas propostas sofrem nas roupagens dos tempos que lhes foram seguindo. São porém aspectos a cuidar para responder às propostas do vasto tema do seminário que aqui nos reúne: «As Mulheres, A Identidade Cultural e a Defesa Nacional». Mas cabe no entanto, evocar com respeito e simpatia estas mulheres que numa época difícil para o nosso País quiseram a seu modo, ao contribuir para a estruturação da sociedade, participar na defesa nacional, mostrando possuir uma consciência vigilante, condição necessária para mantermos a nossa identidade cultural.

MARIA TEREZA VIEGAS PIMENTA

In *Cadernos Condição Feminina*, nº 29 – Lisboa 1989,  
Comissão da Condição Feminina, pp. 81 a 86.

NOTA: Para elaboração desta comunicação foram utilizados os seguintes

JORNAIS:

- *O Dia* (1916-1918)
- *Diário de Notícias* (1916-1918)
- *O Mundo* (1916-1918)

ARQUIVOS:

- *Liga dos Combatentes da Grande Guerra* – onde existem impressos e manuscritos os Relatórios das Comissões que compunham a Cruzada das Mulheres Portuguesas
- *Governo Civil de Lisboa*
- *Arquivo Histórico Militar*

BIBLIOTECAS:

- *Biblioteca Nacional de Lisboa*
- *Biblioteca da Sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa*
- *Centro de Documentação da Comissão da Condição Feminina.*